



Esplanada

Pastores controlam agenda e liberação de dinheiro no Ministério da Educação

Com livre circulação no MEC, religiosos ligados ao titular da pasta, Milton Ribeiro, atuam na intermediação com prefeitos que buscam recursos federais para a área

BRENO PIRES
FELIPE FRAZÃO
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

O gabinete do ministro da Educação, Milton Ribeiro, foi capturado por um grupo de pastores ligados a ele. Embora não tenham vínculos com a administração pública nem com o setor de ensino, segundo apurou o **Estadão**, eles formam um gabinete paralelo que facilita o acesso de outras pessoas ao ministro e participam de agendas fechadas onde são discutidas as prioridades da pasta e até o uso dos recursos destinados à educação no Brasil.

Com trânsito livre no ministério, os pastores atuam como lobistas. Viajam em voos da FAB e abrem as portas do gabinete do ministro para prefeitos e empresários. O grupo é capitaneado pelos pastores Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, e Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da entidade (*mais informações na pág. A8*).

O **Estadão** identificou a presença dos dois em 22 agendas oficiais no MEC, 19 delas com o ministro, nos últimos 15 meses. Algumas são descritas como reuniões de "alinhamento político" na agenda oficial de Ribeiro, que também é pastor.

Os pastores operam em duas frentes: levam prefeitos a Brasília, participando de encontros no MEC, e acompanham o ministro em viagens pelo País. No dia 16 de fevereiro último, Ribeiro e o pastor Arilton receberam, no gabinete do MEC, a prefeita de Bom Lugar, no Maranhão, Marlene Miranda (PCdoB), e o marido dela, Marcos Miranda. Segundo ele, a reunião foi para tratar da liberação de R\$ 5 milhões para construção de uma escola na cidade. Miranda disse que "o encontro foi agendado para tratar de assuntos do município, e não de igreja".

Questionado se foi preciso fazer uma contribuição ao pastor, respondeu: "Que eu saiba, não".

Numa viagem de Ribeiro ao município de Centro Novo do Maranhão (MA), em maio do ano passado, o pastor Gilmar dos Santos afirmou, de forma categórica, que era o responsá-



Ministro da Educação, Milton Ribeiro, entre os pastores Gilmar dos Santos (à esq.) e Arilton Moura em evento no MEC; acesso livre à pasta

vel por garantir verbas para prefeituras. "Estamos fazendo um governo itinerante, principalmente através da Secretaria de Educação, levando aos municípios os recursos, o que o MEC tem, para os municípios", disse em vídeo ao qual **Estadão** teve acesso. A prefeitura da cidade de 22 mil moradores é comandada por Junior Garimpeiro, do Progressistas.

No evento, o ministro da Educação disse que preferia fazer o contato direto com os gestores municipais, sem a intermediação de deputados ou senadores - função que agora cabe aos seus "amigos" pastores. "Nós já fizemos em alguns lugares. Sem política, sem discurso de parlamentar nenhum. Respeito ao parlamentar, mas é técnica", afirmou.

'USURPAÇÃO'. Especialistas em Direito Público consultados pelo **Estadão** veem indícios de irregularidade e até mesmo tráfico de influência na atuação dos pastores. Na avaliação do advogado Cristiano Vilela, praticados dentro do gabinete do ministro e fazer anúncios oficiais em atos do governo poderiam ser enquadrados como usurpação da função pública. "Qualquer pessoa pode levar determinados pleitos a algum representante do poder público. É legítimo. Ago-

"Estamos fazendo um governo itinerante, principalmente através da Secretaria de Educação, levando aos municípios os recursos, o que o MEC tem, para os municípios."

Gilmar dos Santos

Líder da Cristo para Todos, em vídeo ao qual o 'Estadão' teve acesso

ra, a partir do momento que passa a ser uma prática, um exercício de uma atividade pública (*por alguém que não faz parte da administração*), configura o crime", disse Vilela.

No dia 7 de agosto, os pastores levaram o ministro para uma agenda com prefeitos em Coração de Maria (BA), de 28 mil moradores, governada por Kley Lima, outro prefeito do Progressistas. Ao discursar na solenidade, o pastor Arilton Moura agradeceu a presença de Milton Ribeiro, deixando claro que ele havia patrocinado a visita do ministro.

"Houve o maior interesse de trazer o ministro, nosso irmão, nosso amigo, para cá", disse o religioso. "Esse é o nosso governo. É o governo do presidente Jair Bolsonaro." Ribeiro, por sua vez, saudou "meus amigos Arilton e Gilmar". "As

coisas aconteceram também pela instrumentalidade dos senhores", disse o ministro.

CENTRÃO. Os pastores atuam especialmente na intermediação entre a pasta e prefeitos do Progressistas, do PL e do Republicanos, legendas que integram o núcleo duro do Centrão. O bloco de partidos comanda o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O órgão que concentra os recursos do ministério é presidido por Marcelo Ponte, ex-assessor do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, chefe do Progressistas. De um orçamento de R\$ 45 bilhões do MEC em 2022, o FNDE possui R\$ 945 milhões.

Em 11 de março do ano passado, mais uma reunião no gabinete de Ribeiro com a presença dos dois pastores e representantes de 20 municípios. O site da prefeitura de Vianópolis (GO) informa a presença do ministro da Educação e dos religiosos "que, juntos, conduziram a reunião com as autoridades convidadas". O objetivo omitido da agenda oficial aparece no informe da prefeitura de Vianópolis: "A reunião foi para orientar sobre os recursos ligados à educação".

'AMIZADE'. Durante congresso religioso em outubro passado,

em Camború (SC), Milton Ribeiro voltou a ressaltar a ligação entre ele e os pastores. "Quero agradecer o honroso convite que eu tive da liderança aqui desse nosso encontro, à minha amizade ao pastor Gilmar, Arilton, que estão lá em Brasília, mais perto", afirmou. Gilmar dos Santos retribuiu. "Nesses últimos anos, Deus me deu esse privilégio de comungar uma comunhão e uma amizade muito sólida com o pastor Milton Ribeiro", disse. "Minha gratidão ao pastor Arilton Moura, fique de pé, pastor Arilton, pastor da nossa convenção, que é nossa base ali em Brasília."

Foi num encontro de prefeitos com Milton Ribeiro, em janeiro do ano passado, na sede do MEC, que o pastor Gilmar dos Santos explicou sua atuação. "Nós solicitamos esta reunião com o ministro para trazer ao conhecimento dele vários prefeitos que trabalham também com a igreja", disse. "Muitos deles são obreiros da nossa igreja e estão exercendo lá sua administração da maneira que o presidente da República defende, sem corrupção."

Procurado, Ribeiro não se manifestou. O **Estadão** tentou contato com os pastores por meio da Assembleia de Deus Cristo para Todos, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição. ●



Gabinete paralelo

MEC acelerou liberação de verbas a prefeitos após mediação de pastores

Reuniões marcadas por Gilmar Santos e Arilton Moura, ambos sem vínculos com a pasta, resultaram em empenhos de R\$ 9,7 milhões; repasses foram feitos em até 16 dias

ANDRÉ SHALDERS
BRENO PIRES
BRASILIA

O gabinete paralelo formado por pastores no Ministério da Educação tem obtido uma taxa de agilidade na liberação de verbas da pasta para municípios fora dos padrões de repasses federais. Desde o começo do ano passado, os religiosos Gilmar Santos e Arilton Moura, que, como revelou o **Estado**, controlam a agenda do ministro Milton Ribeiro, intermediariam encontros de prefeitos no MEC que resultaram em pagamentos e empenhos (reserva de valores) de R\$ 9,7 milhões dias ou semanas após promoverem as agendas.

Em um dos casos, uma prefeitura conseguiu o empenho de parte do dinheiro pleiteado apenas 16 dias depois do encontro mediado pelos religiosos. Só em dezembro foram firmados termos de compromisso, uma etapa anterior ao contrato, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e nove prefeituras, de R\$ 105 milhões após reuniões com os pastores.

Religiosos Prefeitos admitiram que Gilmar Santos e Arilton Moura intermediariam reuniões no MEC

Especialista em finanças públicas, Eduardo Stranz afirmou que é “difícil” um prefeito conseguir liberar recursos em apenas 16 dias. “Isso é muito difícil. Temos coisas que não são pagas desde 2010, para você ter uma ideia. Conseguir essa liberação tão rápido... tem que ter muita vontade de todo mundo para sentar e conseguir essa liberação do dinheiro”, disse ele, que é consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM). “Isso tudo envolve muita burocracia, muito papel, muita negativa.”

Ao menos 48 municípios foram contemplados após encontros com pastores entre os primeiros meses de 2021 até agora, sendo 26 deles com recursos próprios do FNDE – o restante recebeu dinheiro de emendas do orçamento secreto.

A prefeita Marlene Miranda, de Bom Lugar (MA), teve o pedido de dinheiro atendido em apenas 16 dias, prazo fora dos padrões da distribuição de recursos federais. Em 16 de fevereiro, ela esteve no MEC acompanhada do marido, o ex-prefeito Marcos Miranda, numa agenda intermediada pelos religiosos Gilmar Santos e Arilton Moura. No último dia 4, o FNDE reservou R\$ 200 mil para pagamento à prefeitura. O recurso foi destinado para a construção de uma escola de educação infantil, obra estimada pelo município em R\$ 5 milhões. Procurada, a prefeita não quis comentar.

RAPIDEZ. Tal celeridade não é usual na liberação dos recursos. Não é raro que um pagamento caia na rubrica de “restos a pagar” e demore anos para ser quitado. Em 2021, por exemplo, o FNDE quitou um empenho de R\$ 198,7 mil destinado à Secretaria de Educação de Pernambuco cuja data original era de novembro de 2012, quase dez anos antes.

Dos recursos empenhados, a maior parte (R\$ 5,2 milhões) foi para a rubrica orçamentária de “apoio à infraestrutura para a educação básica”, que inclui a construção de creches e escolas. Também foram liberados recursos para a compra de ônibus escolares e para a construção ou reforma de quadras de esportes, além da compra de materiais didáticos.

Outro caso de liberação célere de recursos ocorreu em Centro Novo do Maranhão. Em maio passado, o pastor Gilmar Santos levou o ministro da Educação à cidade de 22 mil habitantes. Noventa e seis dias depois, em 18 de agosto, o ministério empenhou R\$ 300 mil para a construção de uma escola infantil. Na ocasião da visita, o pastor deixou claro seu papel no evento: “Estamos levando aos municípios os recursos”.

Advogados dizem que os religiosos podem ter incorrido no crime de usurpação de função pública, punível com até dois anos de prisão, por não terem cargo no ministério, mandato parlamentar ou ligação com o setor de ensino. Em encontros promovidos com os dois pastores, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, já declarou que prefere fazer o contato

Atuação

● Reunião

Na manhã do dia 16 de fevereiro, uma quarta-feira, a prefeita de Bom Lugar, no Maranhão, Marlene Miranda (PCdoB), esteve em Brasília para uma reunião com o ministro da Educação, Milton Ribeiro. O encontro foi intermediado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

● Demandas

De acordo com o site da prefeitura de Bom Lugar, Marlene Miranda entregou a Milton Ribeiro uma pauta de demandas, como a “construção de novas escolas e novos ônibus escolares”.

● Liberação

Apenas 16 dias depois da reunião entre prefeita e ministro, o sistema de pagamentos do governo federal, o Siafi, registrou um empenho de R\$ 200 mil para a prefeitura de Bom Lugar. O empenho é uma reserva que o governo federal faz para quitar depois. Segundo a nota de empenho, o dinheiro se destinava ao “apoio

à implantação de escolas para educação infantil”.

● Recursos

Desde o começo do ano passado, pelo menos 48 prefeitos que participaram de reuniões intermediadas pelos pastores conseguiram a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Entre empenhos e pagamento de débitos antigos, foram R\$ 9,7 milhões.

● ‘Termo de compromisso’

O dinheiro empenhado representa uma pequena parte do valor prometido pelo FNDE aos municípios por meio dos chamados “termos de compromisso”. Em pelo menos nove das 48 cidades, estes “termos” somaram R\$ 105 milhões.

● Pagamentos

Em Bom Lugar, foram três “termos de compromisso” com o FNDE que somaram quase R\$ 20 milhões. Os termos foram assinados entre 22 e 31 de dezembro de 2021. A cidade já tinha recebido outros pagamentos no ano passado, antes mesmo da assinatura dos termos.



Ribeiro entre os pastores Gilmar Santos (à esq.) e Arilton Moura

com os prefeitos sem a intermediação de parlamentares.

OBRAS. Também em agosto, a cidade de Amapá do Maranhão recebeu o empenho de R\$ 300 mil para a construção de uma escola de educação básica. Três meses antes, a prefeita esteve em Brasília para uma visita ao ministro da Educação –

novamente, com a presença de Gilmar e Arilton.

No caso de Guataparã (SP), o município conseguiu receber no ano passado R\$ 214 mil do FNDE para a compra de ônibus escolares para crianças da zona rural. O pedido estava repassado desde junho de 2019, mas foi liberado depois que representantes da cidade estive-

ram no MEC acompanhados dos pastores em duas ocasiões: em 23 de dezembro de 2020 e em 27 de maio de 2021.

Situação parecida ocorreu em Israelândia (GO). A cidade conseguiu, em 2021, quitar um empenho de R\$ 214 mil para a compra de ônibus escolares que estavam inscritos nos chamados “restos a pagar”, o que ocorre quando a verba federal é empenhada, mas não paga. No caso de Israelândia, o empenho original era de dezembro de 2021. A prefeita Adeliça Moura (PSC) esteve no MEC em janeiro passado. Foi incluída na reunião por Arilton. “O rapaz que organizou para ele (Arilton) que me incluiu na lista dessa reunião”, disse ela. Procurada, a prefeita afirmou que a entrega não teve relação com a reunião no ministério.

As agendas dos pastores incluem reuniões também com Djaci Vieira de Souza, chefe de gabinete de Milton Ribeiro. Em 24 de fevereiro de 2021, Arilton solicitou e foi recebido em audiência levando o prefeito de Tuntum (MA), Fernando Portela (Solidariedade). A agenda do MEC registra a reunião com o tema “obras”. Em dezembro, o município celebrou termos de compromisso de R\$ 1,2 milhão e de R\$ 279,2 mil, para compra de veículos. Do montante total, R\$ 280 mil já foram empenhados.

LIDERANÇAS. Gilmar e Arilton se apresentam como presidente e assessor da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, respectivamente. O **Estado** revelou que eles participaram de 22 agendas oficiais do MEC, sendo 19 delas com a presença do ministro, do ano passado para cá.

Procurados, os religiosos admitiram que levam prefeitos ao gabinete de Milton Ribeiro, mas não explicaram por que participam de reuniões onde são discutidas liberações de recursos. Disseram que não pedem contrapartida pelo acesso ao ministro e que fazem isso porque são “homens de Deus”. “Nunca houve (contrapartida)”, disse Gilmar. Arilton alegou que nunca participou de reunião sobre obras, embora conste de agenda do MEC. O ministério não comentou. ●





Gabinete paralelo

Pastor pediu 1 kg de ouro para liberar recursos do MEC, afirma prefeito

Gilberto Braga (PSDB), prefeito de Luís Domingues, diz ao 'Estadão' que Arilton Moura cobrou propina em abril de 2021, em Brasília, após reunião com o ministro Milton Ribeiro

BRENO PIRES
ANDRÉ SHALDERS
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

Um dos pastores que controlam um gabinete paralelo no Ministério da Educação pediu pagamentos em dinheiro e até em ouro em troca de conseguir a liberação de recursos para construção de escolas e creches, disse ao **Estadão** o prefeito do município de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB). Segundo o prefeito, o pastor Arilton Moura solicitou R\$ 15 mil antecipados para protocolar demandas da prefeitura e mais um quilo de ouro após a liberação dos recursos. "Ele (Arliton) disse: 'Traza um quilo de ouro para mim'. Eu fiquei calado. Não disse nem que sim nem que não", afirmou Braga, que diz não ter aceitado a proposta.

O prefeito afirmou que a conversa ocorreu em abril de 2021 durante almoço no restaurante Tia Zélia, em Brasília, logo após uma reunião com o ministro Milton Ribeiro no Ministério da Educação. A reunião no MEC, fora da agenda oficial do ministro, foi uma das diversas solicitadas pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos. "Ele disse que tinha que ver a nossa demanda, de R\$ 10 milhões ou mais, tinha que dar R\$ 15 mil para ele só protocolar (a demanda no MEC). E, na hora que o dinheiro já estivesse em-

penhado, era para dar um tanto, X. Para mim, como a minha região era área de mineração, ele pediu 1 quilo de ouro", afirmou Braga ao **Estadão**. Na ocasião de ontem, um quilo de ouro valia R\$ 304 mil.

"Ele (Arliton) falou, era um papo muito aberto. O negócio estava tão normal lá que ele não pediu segredo, ele falou no meio de todo mundo. Inclusive, tinha outros prefeitos do Pará. Ele disse: 'Olha, para esse daqui eu já mandei tantos milhões, para outro, tantos mi-

"Ele (Arliton) disse: 'traza um quilo de ouro'."
Gilberto Braga
Prefeito de Luís Domingues (MA)

lhões", declarou, se referindo a verbas do MEC. "Assim mesmo eu permaneci calado, não aceitei a proposta", disse o prefeito. Braga afirmou que até hoje não recebeu os recursos que solicitou no MEC.

DEMANDAS. Também nesse encontro, segundo o **Estadão** apurou, o pastor repassou o número da sua conta-corrente para que prefeitos anotassem e pudessem fazer os repasses da taxa de R\$ 15 mil, apenas para dar entrada nas demandas ao ministério. Um dos presentes relatou que, após deixar "as demandas na mão" de Arilton, recebeu a conta do



Post da prefeitura de Luís Domingues (MA); reunião com Ribeiro

Ministro nega benefício a municípios indicados pelos religiosos

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, negou ontem o favorecimento de prefeituras indicadas pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura e afirmou que o presidente Jair Bolsonaro nunca pediu atendimento preferencial a religiosos na liberação de recursos do MEC. "O presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou ape-

nas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem", disse.

No entanto, em áudio revelado antecipe pelo jornal **Folha de S. Paulo**, Ribeiro fala em dar prioridade a pedidos dos pastores e diz que a liberação de recursos foi "pedido especial" de Bolsonaro.

"A alocação de recursos ocorre seguindo a legislação orçamentária, bem como critérios técnicos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)", afirmou o ministro. ● L.P.

pastor para que o dinheiro fosse transferido. Como não efetuou a transferência, o pedido "não foi protocolado".

No encontro que antecedeu o almoço, o ministro teria afirmado que havia muitos recursos no MEC e estimulou prefeitos a buscarem verbas para seus municípios.

PROVA. Um vídeo postado no perfil da prefeitura de Luís Domingues no Instagram comprova que Braga esteve em Brasília e se reuniu com Ribeiro em abril de 2021. "O prefeito Gilberto Braga está nesse (sic) momento em Brasília na reunião dos prefeitos maranhenses com ministro da Educação, Milton Ribeiro, senador Roberto Rocha e a equipe do MEC", diz trecho da legenda do vídeo.

O **Estadão** revelou com fotos, vídeos e documentos públicos que os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura têm livre acesso ao gabinete do ministro Milton Ribeiro e participaram de 22 reuniões no MEC.

A reportagem procurou os pastores para questionar sobre o relato de pedido de pagamento. Arilton não quis se manifestar. "Não, não vou comentar", disse. Gilmar Santos não atendeu. O jornal não conseguiu contato com o MEC. Em conversas anteriores com o **Estadão**, os pastores confirmaram que usaram a relação com Ribeiro para abrir as portas do MEC aos prefeitos. E negaram ter pedido contrapartida. ●

Congresso faz ofensiva para apurar atuação de religiosos no ministério

LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA
RENATA CAFARDO
SÃO PAULO

A atuação de um grupo de pastores para liberar verbas públicas no Ministério da Educação provocou reações no Congresso, chegou ao Ministério Público, ao Judiciário, ao Tribunal de Contas da União (TCU) e culminou em uma série de pedidos para investigar o titular

da pasta, Milton Ribeiro. Pelo menos uma das ações mira também o presidente Jair Bolsonaro (PL). No fim do dia, deputados e senadores começaram a colher assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com o objetivo de apurar o gabinete paralelo em funcionamento no MEC.

No Congresso, até aliados do governo cobraram uma investigação. "Não pode haver dúvidas com relação à serieda-

de tanto do trabalho do ministro, principalmente da Educação, quanto do ministério", afirmou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Parlamentares afirmaram que vão acionar a Procuradoria-Geral da República para que Ribeiro seja investigado por suspeita de improbidade. Os deputados Kim Kataguiri (União Brasil-SP) e Túlio Gadelha (PDT-PE) protocolaram pedidos para que a PGR apure as denúncias. O pedetista apresentou

requerimento para que Ribeiro seja convocado a prestar esclarecimentos na Câmara.

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), os deputados Felipe Rigoni (União-ES), Tábata Amaral (PSB-SP) e o secretário municipal de Educação do Rio, Renan Ferreirinha (PSD), também entraram com ação na PGR. Em conversa gravada, Ribeiro admitiu dar prioridade ao atendimento a prefeitos que chegam ali por meio dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, como noticiou o jornal **Folha de S. Paulo**.

CPI. Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado Professor Israel (PV-DF) disse estar confiante

na criação da CPI Mista para investigar suspeitas de irregularidades no MEC. Para ser aberta, uma comissão precisa do apoio de 172 deputados e de 26 senadores. A liderança da Minoria na Câmara encaminhou, ainda, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, uma representação contra Bolsonaro e Ribeiro pelos crimes de advocacia administrativa e prevaricação. Em outra frente, uma representação chegou ao TCU.

Ontem, segundo interlocutores, o próprio Ribeiro teria admitido que pode deixar a pasta e indicar o secretário executivo Victor Godoy Veiga para o seu lugar. ● COLABORARAM J.A. A.S., DAVI MEDEIROS E NATÁLIA SANTOS



Eliane Cantanhêde E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

Lulil contra Bolsozema

Com 15,7 milhões de eleitores, 11% do total, Minas Gerais é o segundo maior colégio eleitoral do País, só atrás de São Paulo e reza a lenda, como confirma a realidade, que só chega a presidente da República quem vence nas Gerais. As coisas vêm mudando muito também por lá.

A polarização PT x PSDB evaporou e os ex-governadores Fernando Pimentel, petista, e Aécio Neves, tucano, vão disputar a Câmara dos Deputados, e olhe lá. A bola está com o governador Romeu Zema, do Novo, e o agora ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, do PSD. Com estilo, trejeitos e até so-

taque fortemente mineiros, Zema concorre à reeleição agarrado ao presidente Jair Bolsonaro. Também outsider na política, mas durão, direto e objetivo, Kalil se ancora em Lula, hoje favorito também no Estado.

Ao sair da Prefeitura na sexta-feira, dia em que ele e o Atlético (que o alavancou para a política) fizeram aniversário, Kalil, de 63, replicou Lula. “Eu preciso dele e ele de mim”, dissera o petista. “Concordo, mas eu preciso mais dele do que ele de mim”, ecoou a agora candidato.

Em 2014, a surpresa foi a derrota de Aécio para presidente no seu Estado. Em 2018, Bolsonaro teve 58,2% contra 41,8% de

Fernando Haddad. Hoje, as pesquisas dão 15 pontos de vantagem para Zema, mas só agora Kalil vai “botar o pé na rua” e montar o palanque: “O (Gilberto) Kassab me deu carta branca.”

Quem vence em Minas, ganha a Presidência; Zema está com Bolsonaro, Kalil com Lula

Todo cuidado com as pesquisas, não por elas, mas pelos pesquisadores. Eleitor mineiro pensa uma coisa, diz outra e decide o voto cara a cara com a urna.

(Lembram do Dr. Tancredo?). Em 2018, o “imbatível” ao Palácio da Liberdade era Antônio Anastasia, então PSDB, hoje PSD e no TCU, que passara pelo governo com louvor. Deu o neófito Zema. Dilma Rousseff, favorita para o Senado, acabou em quarto lugar.

Assim como no País, o foco em Minas serão economia e pandemia. O déficit já era grande, ficou enorme. E, na pandemia, com Zema em cima do muro, Kalil foi Kalil: mandou brasa no isolamento social, vacinas e obrigatoriedade de máscara. “Eu não ia matar ninguém por cálculo político, ouvi os médicos”, diz, num estado industrial

e conservador. E nunca foi recebido por Bolsonaro.

SP, MG e RJ somam 50 milhões de votos, 40% do total. O PT tem resistência histórica entre os paulistas e perdeu a vantagem entre cariocas e mineiros em 2018. Logo, o Kalula, ou o Lulil em Minas é caso sério para o PT, Kalil e PSD, que alavanca seu crescimento com a ruína do PT e do PSDB em Rio e MG, onde tinha as prefeituras das duas capitais. Logo, atenção a Minas. Mineiro trabalha em silêncio e esconde o jogo, mas o placar nacional depende de lá.

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDOARDO, DA RÁDIO JORNAL PE e DO TELEJORNAL GLOBONWS EM PAUTA

SEB. Carlos Pereira (quizenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • SAB. João Gabriel de Lima • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Gabinete paralelo

Encontros com prefeito e pastor desmentem versão de ministro

Imagens em rede social de político preso pela PF mostram que Ribeiro manteve reuniões com religioso fora do ministério

JULIA AFFONSO
BRENO PIRES
ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

Publicações nas redes sociais de um prefeito recém saído da cadeia contrariam o alibi do ministro da Educação, Milton Ribeiro, para justificar a manutenção de encontros com o pastor Arilton Moura, mesmo depois de encaminhar à Controladoria-Geral da União (CGU) denúncia contra Moura de supostas cobranças de propina na intermediação de verbas.

Na semana passada, o ministro disse em entrevistas que tinha informado à CGU, em agosto, sobre “conversas estranhas”. Ribeiro afirmou que, após encaminhar as denúncias, só manteve os encontros com o pastor para não levantar suspeitas. Em entrevista à GNN Brasil, Ribeiro alegou, no entanto, que “não aceitou nenhum tipo de agenda fora do MEC”.

As imagens publicadas pelo prefeito de Centro Novo do Maranhão, Junior Garimpeiro (Progressistas), desmentem essa versão. Cinco dias depois de sair da prisão sob suspeita de integrar uma organização criminosa armada que atua no garimpo ilegal de ouro, Junior



No jantar com Junior Garimpeiro, o ministro (à dir.) e o pastor Arilton (no fundo, de camiseta branca)

“A história com Centro Novo começa com o Arilton. Esse homem aí que pegou no meu pé, insistiu. Então, estou aqui por sua causa.”
Milton Ribeiro
Ministro da Educação

Garimpeiro foi recebido pelo ministro num jantar reservado. Quem promoveu o encontro num apartamento de Brasília, em dezembro de 2021, foi o pastor Arilton, com quem o ministro estreitou os laços.

Como revelou o **Estadão**, o pastor pedia propina, até mesmo em barra de ouro, para liberar dinheiro na pasta. Junior Garimpeiro e o pastor ainda se

reuniram com o ministro em setembro, na adega de um hotel de luxo, em São Luís. Nas duas ocasiões, registradas nas redes sociais por Garimpeiro, o religioso já estava sob suspeita de atuação indevida.

“Jantamos com o ministro, e dialogamos mais uma vez sobre pautas que são direcionadas para a construção da nova Educação de Centro Novo”, escreveu o prefeito em seu perfil no Instagram. Segundo o deputado federal licenciado Márcio Jerry (PGdoB-MA), na ocasião, Garimpeiro presenteou o ministro com um bracelete de ouro, a exemplo do que ostenta. Desde que assumiu, o prefeito decidiu que a cor amarela – sua preferência – devia estar nos prédios públicos da cidade. E

assim ele o fez.

PRISÃO. Cinco dias antes do jantar reservado com o ministro, o prefeito estava preso, acusado de extração e venda ilegal de ouro. A PF apontou a existência de “uma organização criminosa armada com grande poderio econômico e político e com atuação na região de Centro Novo” por ao menos três anos. Segundo a investigação, os alvos foram os responsáveis pelo desmatamento ilegal de mais de 60 mil hectares de áreas para abertura de garimpos de ouro, sem autorização competente.

Junior Garimpeiro também publicou, em sua rede social, um encontro com Milton Ribeiro no Blue Tree São Luís Ho-

tel, na capital maranhense, em 2 de setembro de 2021 – em outra reunião promovida pelo pastor. “Quero primeiro anunciar a conquista de 01 creche Tipo 1 para nossa querida Centro Novo e depois agradecer o carinho do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, com o povo”, escreveu. “Em breve, iniciará a construção de creche de 10 salas para a alegria de todos.”

A agenda oficial do MEC mostra que o ministro abriu espaço privilegiado na sua agenda – sete reuniões ao todo no ano da pandemia – à cidade de apenas 22 mil habitantes, com 5,8 estudantes matriculados em 2020 na rede pública. A relação entre Milton Ribeiro e Junior Garimpeiro se estreitou com o intermédio dos pastores Gilmar Santos e Arilton. Numa das reuniões, em 2 de março, a entrada foi feita às 12h30, com saída às 20h10.

EVENTO. A proximidade de Ribeiro com os pastores e o prefeito levou para Centro Novo um evento oficial do ministério com prefeitos maranhenses em maio. A cidade fica a 260 km de São Luís. “O Junior Garimpeiro é uma pessoa especial, é alguém que eu acredito que tenha até um futuro aí na política”, disse o ministro na ocasião.

Durante a visita, Ribeiro afirmou que sua história com Centro Novo “começa com o Arilton”. “Quero dizer que (...) Esse homem aí que pegou no meu pé, insistiu para que eu desse atenção ao Maranhão. Então, estou aqui por sua causa. Muito obrigada, Arilton. Depois, aí conheci o Gilmar, líder da igreja, que também ficou no meu pé. E, por fim, quando conheci Junior, eu disse: ‘Junior, pode contar comigo. Eu vou ajudar.’” Procurados, Ribeiro, o prefeito e o pastor Arilton não retornaram. Pastor Gilmar não foi localizado. ● COLABOROU EDUARDO GAYER

PRISÃO E ESTREITAMENTO DE LAÇOS COM PASTORES E PREFEITO DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO SÃO DENÚNCIAS DE INVESTIGADA DA PF

pressreceder

Gabinete paralelo

Bíblia de pastores do MEC exibem foto de ministro

Edição com imagens de Milton Ribeiro e religiosos suspeitos de um esquema de propina na pasta foi patrocinada por prefeitura do Pará

BRENO PIRES
JULIA AFFONSO
BRASILIA
RENATA CAFARDO
SÃO PAULO

Exemplares de uma edição da Bíblia com fotografias do ministro da Educação, Milton Ribeiro, e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura foram distribuídos, na tarde de 3 de julho do ano passado, em um evento organizado pelo MEC em Salinópolis (PA), cidade a 220 quilômetros de Belém. O encontro, que reuniu prefeitos e secretários municipais do Estado, contou com a presença do próprio titular da pasta e dos pastores que, segundo o Estadão revelou, pediriam propina em barra de ouro e dinheiro em troca de acesso ao ministro e liberação de verba.

A impressão destaca o "patrocínio" do prefeito de Salinópolis, Carlos Alberto de Sena Filho, o Kaká Sena, do PL, que também teve a imagem estam-

Constituição
A lei diz que a publicidade oficial não pode ter nomes ou imagens para promoção pessoal de autoridades

pada entre a contracapa e a folha de rosto. Anfitrião do evento, ele custeou uma tiragem de mil Bíblias, a R\$ 70 por cada exemplar, segundo pessoas que participaram do evento. A edição foi feita pela Igreja Ministério Cristo para Todos, um ramo da Assembleia de Deus, que tem uma gráfica em Goiânia. O pastor Gilmar Santos, que comanda a igreja, teve a presença anunciada no encontro como uma "autoridade", sentando à mesa do palco, ao lado de Milton Ribeiro e do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Marcelo Ponte.

Fotografias oficiais do MEC e vídeos da prefeitura de Salinópolis registraram as Bíblias ainda no plástico nas

mãos de convidados e nos assentos vagos. Na semana passada, o jornal O Globo publicou relatos de prefeitos, confirmados pelo Estadão, que disseram ter recebido pedidos de propina de pastores do gabinete paralelo do MEC, na forma da compra de livros e dinheiro para igrejas em troca de liberação de verbas destinadas à construção de escolas e creches. O Estadão publicou ainda relato de pedido de pagamento de até 1 kg de ouro para garantir o repasse dos recursos.

Após o encontro, o ministro Milton Ribeiro aprovou a construção de uma escola em Salinópolis. Ele firmou um termo de compromisso com a prefeitura no valor de R\$ 5,8 milhões, dos quais empenhou, no final de dezembro, R\$ 200 mil. Tanto o ministro quanto o prefeito não se pronunciaram sobre a distribuição das Bíblias.

IMPESSOALIDADE. Doutor em Direito do Estado pela USP, Igor Tamasauskas disse ao Estadão que o caso das Bíblias com a fotografia de Milton Ribeiro pode caracterizar corrupção e improbidade. "Uma possível imposição de uma 'doação' na forma de confecção de Bíblias caracteriza a 'vantagem indevida' para o desempenho de uma atividade pública, o que configura corrupção", ressaltou. "A improbidade decorre disso e também da violação ao princípio da impessoalidade."

O advogado avalia que a distribuição de Bíblias com foto do ministro em evento do MEC pode ainda configurar violação do artigo 37 da Constituição, que estabelece que a publicidade de atos de órgãos públicos não pode ter nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades.

O advogado Cristiano Vilela afirma que a distribuição de itens que caracterizam interesse privado, em evento público, pode configurar uma afronta aos princípios da administração pública: impessoalidade, legalidade e moralidade. Especialista em Direito Público, ele ressaltou que o Estado tem de se manter "absolutamente neutro, não podendo discriminar as igrejas, beneficiá-las, ou prejudicá-las" e não deve "se confundir com as preferências religiosas dos seus ocupantes transitórios".



O ministro e uma das convidadas no atendimento a prefeitos do Pará segura a Bíblia do pastor Gilmar



Na Bíblia distribuída em Salinópolis, há um agradecimento a Milton Ribeiro por ter "construído uma comunhão especial" com o pastor Gilmar Santos e ao prefeito da cidade pelo patrocínio. O texto de apresentação destaca que o ministro e o religioso realizavam seminários em diferentes regiões, levando projetos de melhoria da Educação Básica.

'SUGAR'. Em vídeo ao qual o Estadão teve acesso, o prefeito Kaká Sena agradeceu ao pastor Gilmar Santos pelo evento. "Obrigado, pastor, por ter me ajudado a chegar neste momento", disse. "Este momento é um momento ímpar, para que a gente possa aproveitar e sugar o máximo o MEC, o FNDE", enfatizou. O prefeito ainda ressaltou que o ministro ti-

"Se você quiser contribuir com a minha igreja, faz uma oferta. Você vai comprar mil Bíblias, de R\$ 50."

Professor Kelson
Prefeito de Bonfínópolis (GO)

A Bíblia com as páginas das fotos que promovem o ministro e os pastores Arilton e Gilmar

mou. "E ia ele por todas as cidades, povoados e aldeias, ensinando e pregando o Evangelho do Reino e curando os enfermos."

DENÚNCIA. O prefeito de Bonfínópolis (GO), Professor Kelson (Cidadania), relatou à reportagem que num encontro, no início de 2021, o pastor Arilton Moura pediu R\$ 15 mil para custear despesas em Brasília e a compra de Bíblias para liberar recursos do MEC. "Se você quiser contribuir com a minha igreja, que eu estou construindo, faz uma oferta. Você vai comprar mil Bíblias, no valor de R\$ 50, e vai distribuir essas Bíblias lá na sua cidade. Esse recurso eu quero usar para a construção da igreja", disse o pastor, segundo o prefeito. "Fazendo isso, você vai me ajudar também a conseguir um recurso para você no ministério", relatou. Kelson disse que não aceitou a proposta.

A Bíblia editada pelos pastores foi distribuída, no ano passado, em um evento em Nova Odessa, no interior de São Paulo. Uma secretária municipal que esteve no encontro e pediu para seu nome não ser publicado descreveu o cenário como "desconfortável, escandaloso para quem é da Educação". Ela disse que as Bíblias estavam em mesas junto a profissionais do FNDE e do MEC, que resolviam eventuais dificuldades das prefeituras com merenda, transporte e materiais didáticos.

Durante o atendimento a prefeituras paulistas em Nova Odessa, em cima de um palco, o pastor Arilton Moura perguntou se a plateia sabia o motivo de eles estarem ali. "Porque vimos a necessidade do evangelismo em cada município desses", afirmou. Ao discursar, o ministro agradeceu e chamou o pastor Gilmar de "meu amigo, meu irmão". Em nota, a prefeitura de Nova Odessa negou que as Bíblias tenham sido distribuídas na cidade. ●



Sobrepçoço

Licitação do governo prevê pagar até R\$ 732 mi a mais por ônibus escolares

— Área técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aponta preço total inflado em 55% na aquisição de veículos para atender crianças de áreas rurais

ANDRÉ SHALDERS
BRENO PIRES
JULIA AFFONSO
BRASILIA

Uma licitação bilionária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), marcada para a próxima terça-feira, prevê a compra de ônibus escolares com preços inflados. O alerta partiu de instâncias de controle e da própria área técnica do fundo. Segundo documentos obtidos pelo Estadão, o governo aceita pagar até R\$ 480 mil por um ônibus que, de acordo com o setor técnico, deveria custar no máximo R\$ 270,6 mil. Os recursos sairão de um programa destinado a atender crianças da área rural, que precisam caminhar a pé quilômetros em estradas de terra para chegar à escola.

A operação foi montada dentro do FNDE, que concentra a maior fatia de recursos destinados a investimentos em educação. O fundo é presidido por Marcelo Ponte, que chegou a cargo por indicação do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, de quem foi chefe de gabinete. O processo da concorrência, ao que o Estadão teve acesso, mostra que o FNDE atropelou as orientações dos órgãos de controle e da própria área técnica, que apontaram risco de sobrepreço nos valores dos ônibus que o governo aceita pagar.

Influência O FNDE é vinculado ao Ministério da Educação, mas é comandado por indicados do Centrão

O preço permitirá a aquisição de até 3,850 veículos como parte do programa Caminho da Escola. O preço total, ao final da compra, pode pular de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 2,045 bilhões, com aumento de até 55% ou R\$ 732 milhões.

“Entendemos que a discrepância das cotações apresentadas pelos fornecedores em relação ao preço homologado do último pregão (...) implica em aumento não justificado do preço, sem correspondente vinculação com as projeções econômicas do cenário atual”,



Imagem de vídeo divulgada por Ciro Nogueira, em 2020, e o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, indicado por ele

avisou a área técnica do fundo. Em outro parecer, a Controladoria Geral da União (CGU) reforçou: “Observa-se que os valores obtidos (...) encontram-se em média 54% acima dos valores estimados”. Alertas também foram feitos pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Os documentos obtidos pelo Estadão apontam ainda a atuação direta de um dos diretores do órgão, Garigham Amarante, na definição dos valores superestimados. Ele foi indicado para o cargo por Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Em ao menos dois despachos, o diretor determina que o prosseguimento do processo, com pequenos ajustes, mas mantendo os preços inflados, apesar dos alertas de sobrepreço.

Mesmo após as ponderações Garigham e Marcelo Ponte assinaram despacho dando prosseguimento ao certame: “Aprovamos o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e a Pesquisa de Preços, bem como autorizamos a reabertura do procedimento licitatório”. O certame chegou a ser suspenso, em fevereiro deste ano. Mas retomada depois pelos dois dirigentes do Fundo.

INTERESSE POLÍTICO. Criado pelo Ministério da Educação para ajudar municípios e Estados a diminuir o abandono dos estudantes das salas de aula, o programa tem especial rele-

Órgão cobiçado

● Indicação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é comandado por Marcelo Ponte, um apadrinhado do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira.

● Centrão

Um dos líderes Centrão, Ciro Nogueira é homem forte do governo Jair Bolsonaro – o ministro controla a liberação do orçamento. O FNDE ainda conta com indicados do PL, do Republicanos e de outros nomes do Progressistas em suas diretorias.

● ‘Banco’

Por concentrar recursos e atuar como uma espécie de “banco” do Ministério da Educação, o FNDE tem seus cargos cobiçados por partidos políticos. Trata-se do maior fundo controlado pelo MEC, com orçamento de R\$ 45,6 bilhões em 2022.

● Gabinete paralelo

Como revelou o Estadão, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura faziam lobby no Ministério da Educação para destravar dinheiro público do FNDE para prefeituras. A crise culminou com o pedido de demissão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro.

vância nas regiões rurais de estradas precárias e de difícil deslocamento. Muitos alunos desistem de estudar diante das dificuldades de locomoção.

O programa mobiliza parlamentares interessados em fatiar com a entrega dos ônibus em seus redutos eleitorais. No final de 2020, Ciro Nogueira divulgou em suas redes a entrega de ônibus escolares em seu Estado, o Piauí. Nas imagens, o então senador aparece ao lado do seu indicado, o presidente do fundo Marcelo Ponte, e de miniaturas dos veículos. Como ministro, continuou participando de atos de entregas de chaves dos ônibus bancados com re-

ursos do FNDE. O Piauí tem 1 milhão de pessoas na área rural, atendida pelo programa.

O Fundo é órgão vinculado ao Ministério da Educação. Na última segunda-feira, o ministro Milton Ribeiro foi obrigado a deixar o cargo após o Estadão revelar que havia um esquema de cobrança de propina na pasta operado por dois amigos pastores em troca de liberação de dinheiro para creches e escolas.

PRESSÕES. O pregão eletrônico para a compra dos ônibus foi iniciado por ordem de Garigham Amarante, que é diretor de Ações Educacionais do Fundo. O edital tem por obje-

vo criar uma ata de registro de preços para ônibus rurais escolares de quatro tipos – veículos com capacidade para 29, 44 e 59 assentos. No caso do ônibus menor, há dois modelos: um regular e outro com tração nas quatro rodas.

Nesta modalidade, as empresas vencedoras concordam em vender uma certa quantidade de cada um dos ônibus em disputa por um determinado valor – quem oferece o preço mais barato consegue o contrato. Uma vez registrada a ata, os ônibus podem ser comprados por prefeituras e governos estaduais de todo o País pelo preço ajustado, sem necessidade de nova licitação. A sessão virtual em que as empresas farão os lances está marcada para às 10 horas de terça-feira.

Ao recusar o preço máximo original estimado pela área técnica, a diretoria de Garigham Amarante alegou que corrigir os valores pela inflação não refletiria “os impactos da pandemia” e “o aumento do dólar em uma indústria dependente da importação de peças”.

A CGU avisou que o edital poderia favorecer a prática de cartel entre as empresas fornecedoras e recomendou que fosse seguida uma instrução normativa do Ministério da Economia. Pela regra sugerida, o cálculo do preço deveria se basear em valores de licitações anteriores. A diretoria comandada pelo Centrão criou, então, uma nova fórmula de cálculo. Passou a usar um outro indicador de inflação, o IPP, nos custos dos ônibus, além dos valores apontados pelos fornecedores. A alteração do setor, no entanto, pouco mudou o cenário e o valor máximo da licitação foi para R\$ 2,045 bilhões.

Procurados, Ciro Nogueira, e a CGU não se manifestaram. O FNDE não comentou as suspeitas de sobrepreço e disse, em nota, que o pregão “atendeu a todas as recomendações da CGU, inclusive quanto à metodologia de cálculo dos preços estimados, que são sigilosos por recomendação do próprio órgão de controle, que acompanha todas as fases do processo licitatório”. Apesar do que disse o órgão, não há manifestação da CGU no processo administrativo endossando o cálculo final de preços. ●



Ministério da Educação

Governo reduz preço de ônibus escolar em licitação; TCU embarga resultado

Medida tomada horas antes do pregão diminuiu o custo da aquisição dos veículos em R\$ 510 milhões; 'Estadão' revelou que área técnica havia apontado risco de sobrepreço

ANDRÉ SHALDERS
BRENO PIRES
JULIA AFFONSO
BRASILIA

O governo recuou e reduziu o preço máximo para a compra de 3,850 ônibus escolares rurais, após o **Estadão** revelar risco de sobrepreço milionário na transação. Sob ameaça de ter o processo anulado, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão presidido por um indicado do ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, fez um ajuste às pressas na cotação dos veículos na licitação. Por causa da mudança de última hora, o preço total para a aquisição dos veículos sofreu uma redução de R\$ 510 milhões.

Ainda assim, o Tribunal de Contas da União (TCU) preferiu embargar o resultado do pregão. A decisão assinada pelo ministro **Walton Alencar Rodrigues** permitiu, no entanto, que a concorrência fosse realizada ontem, e as propostas apresentadas pelos fornecedores. Mas a homologação dos valores só poderá ser feita após a avaliação da Corte de contas.

“Tal fato singular, aliado ao grande valor da licitação que ora se enceta, gera a perspectiva de eventual prejuízo ao erário.”

Walton Alencar Rodrigues
Ministro do Tribunal de Contas da União

O pregão prevê a compra de quatro tipos de ônibus. Com a mudança, um dos modelos, pelo qual o governo aceitava pagar até R\$ 567 mil, agora poderá sair por, no máximo, R\$ 415 mil. O governo gastaria R\$ 2,045 bilhões na aquisição dos veículos rurais escolares. Após a revisão, a despesa será de R\$ 1,5 bilhão.

O episódio é o segundo caso que atinge a gestão do presidente **Jair Bolsonaro** na área de educação. No mês passado, uma série de reportagens do **Estadão** mostrou esquema de intermediação de recursos operado no Ministério da Educação com cobrança de propi-

na por pastores ligados ao então ministro **Milton Ribeiro**, que precisou deixar o cargo.

Anteontem, **Bolsonaro** tentou se justificar, alegando que foi o próprio governo que descobriu o risco de sobrepreço. Ao contrário do que declarou o presidente, mesmo diante do alerta da área técnica do FNDE, reforçado por pareceres da Controladoria-Geral da União (CGU), a direção do fundo preferiu dar prosseguimento ao pregão com preços inflados. O ajuste para reduzir os preços só foi feito às vésperas do certame.

MINISTRO. Com o caso da compra de ônibus virando tema de ataques e cobranças a **Bolsonaro** nas redes sociais, o ministro **Ciro Nogueira** entrou no circuito para tentar minimizar os danos. Ele contactou o TCU para defender a legalidade do pregão. Como o **Estadão** revelou, **Ciro Nogueira** manteve encontros com o presidente do fundo, **Marcelo Ponte**, no Palácio do Planalto, mesmo não havendo ligação hierárquica entre o FNDE e a Casa Civil. O fundo é vinculado ao Ministério da Educação.

Ponte esteve com **Ciro** em março deste ano, quatro dias antes de o FNDE decidir dar prosseguimento à licitação que, na época, estava suspensa justamente pelos problemas apontados pela área técnica. A divulgação das visitas provocou reação no Congresso. O deputado federal **Rogério Correia**, do PT-MG, protocolou requerimento de convocação do ministro da Casa Civil para prestar esclarecimentos no plenário da Câmara. A ideia é levar o ministro para explicar o processo de compra dos ônibus e sua interferência no FNDE. O pedido ainda precisa ser aprovado pelos deputados.

O pregão eletrônico realizado ontem começou às 10h e terminou às 15h20 para análise das propostas e documentação das empresas.

A aquisição dos ônibus faz parte do programa **Caminho da Escola**, criado em 2007. Os veículos são destinados à parcela mais carente dos estudantes da rede pública de ensino e que ficam nas zonas rurais. Sem o transporte, alunos têm que caminhar quilômetros em

Cronologia

FNDE ignorou alertas de órgãos de controle

● Licitação

Na semana passada, o **Estadão** mostrou que uma licitação bilionária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) previa a compra de ônibus escolares com preços inflados.

● Sobrepreço

O pregão era para aquisição de até 3,850 veículos como parte do programa **Caminho da Escola**. O preço total, ao final da compra, teria um aumento de até 55% ou R\$ 732 milhões, e os recursos sairiam do programa destinado a atender crianças da área rural.

● Indicação política



A operação foi montada dentro do FNDE, que concentra a

maior fatia de recursos destinados a investimentos em educação. O fundo é chefiado por **Marcelo Ponte**, que chegou a cargo por indicação do ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira** (na foto com Ponte).

● Aval

O processo da concorrência, ao que o **Estadão** teve acesso, mostrou que o FNDE atropelou as orientações dos órgãos de controle e da própria área técnica que apontaram risco de sobrepreço nos valores.

● Pedido de suspensão

O subprocurador-geral **Lucas Rocha Furtado**, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, pediu à Corte que suspendesse o pregão. “O fato descrito é grave e envolve a possibilidade do desvio de assombrosa importância em dinheiro”, disse **Furtado** na representação no TCU.

● Recuo

Ontem, o FNDE recuou e reduziu o preço máximo para a compra dos ônibus escolares rurais. O valor de um dos modelos, por exemplo, passou de R\$ 480 mil para R\$ 338 mil. O novo montante total passou a ser de R\$ 1,5 bilhão, em vez dos iniciais R\$ 2,045 bilhões.

CATARINA CHAVES/MEC - 4/4/2022



terras de chão batido para chegar até a escola.

Os valores inflados haviam sido autorizados pelo diretor de Ações Educacionais do FNDE, **Garigham Amarante** – indicado ao cargo pelo presidente do PL, **Valdemar Costa Neto** –, e pelo presidente do FNDE, **Marcelo Ponte**.

DESPACHO. Após o caso ser revelado, **Amarante** assinou um

despacho alterando para R\$ 1,5 bilhão o máximo estabelecido pelo governo. Com as mudanças, os preços voltam a se aproximar do limite máximo sugerido pela área técnica do FNDE.

O novo preço corresponde à atualização dos custos de um pregão do ano passado pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP), um outro indicador de inflação. Apesar de ser superior ao R\$ 1,3 bilhão recomen-

dado originalmente pela área técnica do FNDE – e que poderia gerar um sobrepreço de R\$ 732 milhões –, o valor foi aceito pela Controladoria-Geral da União (CGU) em março.

‘PREJUÍZO’. Ontem, pela manhã, antes do início do pregão o ministro do TCU **Walton Rodrigues** assinou despacho embargando a concorrência. A área técnica do tribunal alega que não era o caso de suspender totalmente o pregão porque era preciso analisar os documentos do FNDE. Em sua decisão, o ministro **Walton** criticou o fundo por não ter entregue os documentos e alertou para a gravidade do caso.

“Tal fato singular, aliado ao grande valor da licitação que ora se enceta, gera a perspectiva de eventual prejuízo ao erário”, afirmou o ministro. Diante da constatação, ele foi mais duro do que os auditores e resolveu determinar que o FNDE estava impedido de homologar o resultado da licitação.

Anteontem, o procurador junto ao TCU, **Lucas Furtado**, havia protocolado pedido para que a licitação fosse investigada. “O fato descrito é grave e envolve a possibilidade do desvio de assombrosa importância em dinheiro. Mais de R\$ 730 milhões em prejuízo ao erário, que podem se converter além disso em prejuízo à democracia, a depender da destinação que esses recursos venham a ter, como, por exemplo, a composição do chamado ‘caixa 2 de campanha’”, escreveu o procurador na representação.

No documento em que pedia a suspensão da compra dos ônibus escolares com preço inflado, o Ministério Público de Contas lembrou o recente escândalo de corrupção envolvendo pastores lobistas no Ministério da Educação, que, segundo **prefeitos**, teriam pedido propina. “Se já não bastasse o escândalo do favorecimento, por afinidades políticas e pessoais, de lideranças religiosas que levou à demissão do ex-ministro **Milton Ribeiro**, o setor de educação do governo federal é agora novamente atingido por suspeitas de descabidos administrativos, se não também morais”, comentou o procurador **Lucas Furtado**. ●



Ministério da Educação

Governo abandona obras paradas e monta um esquema de 'escolas fake'

— Com aval do FNDE, controlado pelo ministro Ciro Nogueira, deputados 'vendem' aos seus eleitores a ideia de que conseguiram recursos para construir colégios e creches

BRENO PIRES
ANDRÉ SHALDERS
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

Apesar da falta de recursos para terminar 3,5 mil escolas em construção há anos, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a construção de outras 2 mil unidades. Bom para mostrar no palanque de campanha, o projeto não tem recursos previstos no orçamento, o que deve aumentar o estoque de escolas não entregues pelo governo e esqueletos de obras inacabadas. Mesmo assim, os colégios já são anunciados por deputados e senadores aos seus eleitores.

O esquema de "escolas fake" tem como base o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), controlado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, por meio de um apadrinhado. O fundo precisaria ter R\$ 5,9 bilhões para tocar todas as novas escolas contratadas. Com o orçamento atual, levaria 51 anos para isso. Ao priorizar obras novas em detrimento das iniciadas, o governo fere leis orçamentárias.

Controle Sob influência de nomes do Centrão, FNDE concentra boa parte das verbas de investimento da educação

Em publicação em seu Instagram, o deputado Zé Mário (MDB-GO) diz aos seus seguidores que conseguiu R\$ 6,93 milhões para construir uma escola rural no interior do município de Morrinhos, em Goiás. "Recurso viabilizado junto ao FNDE", escreveu, com uma foto sua em que aparece sorridente. Na verdade, o governo liberou apenas R\$ 30 mil e não há previsão orçamentária de que o restante do valor sairá. "Eu não tenho como iniciar uma obra desse valor", disse o prefeito Joaquim Guilherme (PSDB). "Com esse pequeno empenho que foi feito aí?" Procurado, o prefeito Zé Mário alegou que a publicação foi erro de sua assessoria.

No Paraná, o prefeito do município de Ubatã, Fábio D'Alécio (Cidadania), recebeu auto-



Em Inhumas, Goiás, mato tomou conta da área onde começou a ser construída uma escola; obra parou

rização para construção de uma escola de R\$ 3,2 milhões. Até agora, foram empenhados, isto é, reservados, R\$ 5 mil. "Do ponto de vista global, realmente as contas parecem que não estão casando", afirmou o prefeito ao Estadão. "Dá a impressão de que é um compromisso só político e não técnico. A expectativa minha é a de que o convênio tenha começo, meio e fim. Agora, não tenho como avaliar se isso vai, de fato, acontecer."

Correligionário de Ciro Nogueira, o deputado Vicentinho Junior (Progressistas-TO) disse aos seus eleitores nas redes sociais que conseguiu R\$ 206 milhões para construção de 25 escolas, 12 creches e três quadras poliesportivas para 38 cidades do seu Estado. Deu inúmeras entrevistas sobre a suposta conquista. Os empenhos (reserva) que ele obteve, contudo, foram de R\$ 5,4 milhões. Valor equivalente a 2,6% do total. Com essa cifra, não é possível construir uma única escola. É mais uma promessa falsa. O volume de recursos ultrapassa tudo o que o FNDE tem para investir este ano de recursos próprios.

VALORES. Os números do FNDE expõem como funciona o esquema das "escolas fake". Falando oito meses para o fim do governo, foram liberados 3,8% dos recursos previstos para a construção das 2 mil escolas e

Para entender

● **'Pirâmide'**
Numa espécie de "pirâmide orçamentária", a liberação do dinheiro para a construção de escolas e creches pelo País segue uma lógica de poucos ganhadores.

● **Topo**
Na parte de cima do esquema, o Palácio do Planalto, por meio do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e a cúpula do Congresso atuam como donos do dinheiro.

● **Zona intermediária**
Já os congressistas da base de apoio do governo federal obtêm promessas de repasses para seus redutos eleitorais, tendo seus nomes divulgados à exaustão nas redes sociais e blogs das cidades.

creches, sendo que 560 obras receberam apenas 1% dos valores empenhados.

Neste ano, o fundo tem R\$ 114 milhões de recursos próprios. Seriam necessários R\$ 5,9 bilhões para as 2 mil novas escolas que se comprometeu a fazer. Além disso, o governo precisaria de mais R\$ 1,7 bilhão para concluir as 3,5 mil obras em andamento no País. Na última quinta-feira, o

● **Base**
Mais abaixo, os prefeitos, que vivem pressionados em seus municípios a entregar as obras, agarram-se às promessas de verba mesmo sem a existência de uma reserva orçamentária.

● **Ponta**
Por fim, na ponta dessa pirâmide, está a parcela que terá prejuízo certo: estudantes, pais e professores, iludidos com a ampliação prometida da rede pública de ensino.

● **Promessa**
Estão prometidas pelo menos 2 mil novas escolas, mas há 3,5 mil obras inacabadas. O FNDE dispõe, este ano, de R\$ 114 milhões de recursos próprios para investimentos; para concluir as novas escolas, seriam necessários R\$ 5,9 bi. E R\$ 1,7 bi para concluir as inacabadas.

presidente do FNDE, Marcelo Ponte, apadrinhado de Ciro Nogueira, disse na Comissão de Educação do Senado que a prioridade do órgão é terminar obras inacabadas. E omitiu os novos termos de compromisso. "A prioridade é executar obra inacabada?", perguntou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). "Obra inacabada", respondeu Ponte. As prioridades para realiza-

ção de novos empreendimentos atendem a critérios políticos, com a necessidade de aprovação de Ciro Nogueira. Como o Estadão tem mostrado, o fluxo de verbas do FNDE prioriza redutos do partido do ministro, o Progressistas.

O advogado e professor Heleno Taveira Torres, titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo, disse que essa previsão, além da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), está presente também na Constituição Federal. "Os empenhos picados, sem créditos orçamentários, fere a Lei 4.320. É algo muito grave."

A professora Elida Graziane Pinto, da FGV, afirmou que "alocar recursos sabidamente insuficientes para obras novas, quando há um saldo significativo de obras paralisadas, ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias". "É uma alocação gerencialmente irracional e fiscalmente irresponsável que apenas atende ao curto prazo eleitoral dos que desejam tão somente inaugurar placas", disse Elida.

PASTORES. O esquema de distribuição a conta-gotas de recursos para novas obras soma-se a outros casos de captura da área da educação no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). Na gestão do então ministro Milton Ribeiro pastores circulavam com desenvoltura no MEC, intermediavam recursos e cobravam propina, como relataram prefeitos ao Estadão. As cobranças eram feitas até em ouro. Ribeiro deixou o cargo.

No FNDE, órgão que concentra boa parte das verbas de investimento da área, Ciro Nogueira exerce influência política. O presidente do fundo, Marcelo Ponte, foi seu assessor. Outro diretor do órgão, Garigham Amarante, chegou ao cargo apadrinhado pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Os dois patrocinaram licitação para compra de ônibus escolares com preços inflados. Após o Estadão revelar o risco de sobrepreço no leilão, o governo ajustou a cotação dos veículos. O certame está embargado pelo Tribunal de Contas da União. Procurado, o FNDE não quis comentar. ●



Recursos públicos

Consultor do FNDE recebeu R\$ 2,4 mi para ajudar prefeituras a obter verbas

— O engenheiro Darwin Einstein Nogueira Lima é ao mesmo tempo dono de uma empresa que fechou contratos com municípios do Maranhão atendidos pelo fundo nacional de educação

ANDRÉ SHALDERS
BRENO PIRES
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

Um consultor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) faturou ao menos R\$ 2,4 milhões para facilitar o recebimento de verbas por prefeituras do Maranhão. Com acesso livre aos sistemas internos da instituição, que funciona como uma espécie de “banco” do Ministério da Educação (MEC), o engenheiro civil Darwin Einstein de Arruda Nogueira Lima é ao mesmo tempo dono de uma empresa de engenharia que fechou contratos de centenas de milhares de reais com as prefeituras atendidas pelo FNDE.

Desde fevereiro de 2019, a Nogueira Lima Serviços e Construções fechou contratos com pelo menos 15 prefeituras maranhenses, que somaram empenhos de R\$ 10,5 milhões do FNDE.

“Uma vez comprovado, temos um conflito de interesses rematado, com vinculação indevida do interesse público a um interesse privado”

Mauro Menezes
Advogado

Loteado pelo Centrão, o fundo é presidido por Marcelo Ponte, um apadrinhado do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. Em uma série de reportagens, o Estadão revelou que os recursos do FNDE são distribuídos por um esquema montado pelo ministro e que envolve não apenas políticos ligados ao seu partido, o Progressistas, mas também ao PL, legenda do presidente Jair Bolsonaro, e ao Republicanos.

No Instagram de Darwin Lima, eram comuns fotos com Marcelo Ponte e outros dirigentes do fundo. Uma das imagens mostra Darwin com o diretor de Ações Educacionais do FNDE, Garigham Amarante, e outros servidores em frente a um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), em 14 de agosto passado. “Time top!”, elogiou Marcelo Ponte. Recentemente, o engenheiro apagou a conta na rede social.

Além de Garigham Amarante, apadrinhado do PL de Valdemar Costa Neto, Darwin Einstein é ligado também a outro diretor do FNDE, Gabriel Vilar, indicado pelo Republicanos. No começo deste mês, o Estadão mostrou como Amarante e Marcelo Ponte atuaram para inflar o preço máximo de um pregão para a compra de ônibus escolares rurais em R\$ 732 milhões. O engenheiro ainda tem vínculo estreito com o deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL-MA), investigado pela Polícia Federal por crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

As cidades maranhenses de Raposa, Cachoeira Grande, Santa Luzia, Cândido Mendes, Brejo de Areia, Pedro do Rosário, Alto Parnaíba, Dom Pedro, Nova Iorque, Pastos Bons, Paraibano e Penalva somaram empenhos de R\$ 10,5 milhões do FNDE desde 2019.

Todas contrataram a empresa de Darwin. Já o município de Gonçalves Dias (MA) teve novos empenhos, mas conseguiu receber R\$ 161,7 mil que estavam nos chamados “restos a pagar”. O empenho é a primeira etapa da execução orçamentária e é o que permite à prefeitura contratar uma empreiteira e dar início a uma obra, por exemplo.

AUDIÊNCIAS. Na última terça-feira, a Comissão de Educação do Senado aprovou um convite a Darwin Lima, Garigham Amarante, Gabriel Vilar e mais cinco pessoas relacionadas aos indícios de corrupção no Ministério da Educação (MEC) e no FNDE. As audiências devem acontecer no fim de abril e no começo de maio, mas os convidados não são obrigados a comparecer.

Darwin Lima trabalhou para o FNDE pela primeira vez de junho de 2009 a dezembro de 2012. A última temporada de trabalho como consultor do fundo começou em 2020, e durou pelo menos até março deste ano.

Na avaliação do advogado Mauro Menezes, a situação configura um “conflito de interesses”. “Uma vez comprovado (o vínculo com o FNDE e a empresa), nós temos aí sim um conflito de interesses remata-



Darwin Lima (esq.) publicou foto com o então ministro Milton Ribeiro

Fundo afirma que não tem mais vínculo com engenheiro

O FNDE afirmou que “não possui mais vínculo” com Darwin Lima. A última viagem dele pela autarquia foi entre 16 e 18 de março, para Florianópolis (SC). “Quanto à sua participação em empresas privadas de quaisquer naturezas ou quaisquer outros aspectos da vida privada, não é de conhecimento desta autarquia, já que não existe vedação para que consultores possuam outras atividades privadas”, diz.

Darwin também declarou que não faz mais parte do quadro de consultores do FNDE, mas não especificou a data do desligamento. Sobre a relação dele com Josimar Maranhãozinho, disse que “é a mesma prestada a todos os

de Darwin Lima aos sistemas internos do MEC e do FNDE usados para gerir a liberação de verbas para as prefeituras. Ele tinha até mesmo uma vaga na garagem da sede — uma Land Rover e uma Mercedes C250 estavam autorizadas a usá-las.

ACESSO. O Estadão obteve imagens mostrando acessos

parlamentares e autoridades”. “Sempre ocupei funções de consultoria/assessoria técnica, nunca atuando em cargo de função diretiva ou de gestão. Ressalto ainda que o edital a qual me submeti para consultoria não exigia dedicação exclusiva, bem como a legislação vigente.”

Em nota, Maranhãozinho disse que não tem vinculação administrativa com Darwin. “Quanto à utilização de recursos de municípios para contratação da empresa do sr. Darwin, não é percebido conflito de interesses, pois se trata de autonomia administrativa e política do próprio município.”

O advogado de Gabriel Vilar disse que ele “não cometeu qualquer irregularidade”. Garigham Amarante não retornou os contatos da reportagem. As prefeituras citadas não responderam. ●

de Darwin Lima aos sistemas internos do MEC e do FNDE usados para gerir a liberação de verbas para as prefeituras. Ele tinha até mesmo uma vaga na garagem da sede — uma Land Rover e uma Mercedes C250 estavam autorizadas a usá-las.

Com o fundo nas mãos de políticos do Centrão, Darwin Lima passou a rodar o País ao lado de Garigham Amarante e Gabriel Vilar apresentando os pro-

jetos da autarquia a prefeitos. Nos últimos 12 meses, o FNDE gastou ao menos R\$ 81,6 mil em 25 viagens dele, segundo dados do Portal da Transparência. Foi em uma dessas viagens que Darwin Lima postou uma foto na frente de um avião da FAB.

Os municípios que fecharam contratos com a empresa de Darwin Lima possuem uma característica em comum: todos estão na esfera de influência do deputado Josimar Maranhãozinho. Em publicações nas redes sociais, o engenheiro se refere ao deputado como “chefe”.

“Reunião com meu deputado mais bem votado da história do Maranhão, o ‘moral da BR’, Josimar Maranhãozinho!!! O chefe!!!”, escreveu Lima num post no Instagram no dia 19 de fevereiro de 2020.

O engenheiro também usou o mesmo termo para se referir à deputada estadual maranhense Maria Deusdete Lima Cunha Rodrigues, a Detinha (PL), mulher de Maranhãozinho. “Nossa futura prefeita de São Luís! Minha chefe!!!”, diz uma postagem dele no Facebook em 4 de março de 2020.

ORÇAMENTO SECRETO. Dos R\$ 10,5 milhões empenhados pelo FNDE para as prefeituras que contrataram a empresa de Darwin Lima, R\$ 7,04 milhões, ou seja 66,5%, foram de verbas do orçamento secreto, esquema criado pelo governo de Jair Bolsonaro para garantir apoio político ao Executivo no Congresso. Em março deste ano, Josimar Maranhãozinho foi alvo de uma operação da Polícia Federal por suspeitas de desviar verbas de emendas parlamentares — ele nega irregularidades.

Ao mesmo tempo em que atuava dentro do FNDE, Darwin Lima se reunia com os prefeitos que contratavam sua empresa de engenharia. No dia 9 de abril de 2021, a Nogueira Lima Serviços foi contratada pela prefeitura de Cachoeira Grande (MA), cidade de 9,4 mil habitantes a 98 quilômetros de São Luís, por R\$ 271,8 mil.

Pouco depois, em 23 de junho passado, o prefeito da cidade, Cesar Castro (PL), se reuniu com Darwin em Brasília. O FNDE empenhou R\$ 160,5 mil para a cidade no ano passado. Em 2020, já tinha empenhado outros R\$ 290,9 mil. ●